



Newsletter

N.º 1 - Setembro 2013

Nota de Abertura

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 O Novo CPC: Um Código A Pensar Nos Cidadãos E Nas Empresas
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 6 Principais Alterações Legislativas

Caros Clientes e Amigos,

Ao editar e levar até vós este primeiro número da sua Newsletter mensal – uma ambição que perseguimos desde o primeiro dia, mas que só agora foi possível materializar -, a CAMMP pretende sintetizar as notícias e novidades jurídicas mais relevantes de cada mês, num documento que se pretende simples, despretensioso e de fácil leitura, que consigamos melhorar em cada número e que, se possível, consiga, aos poucos, ir superando as expectativas dos seus destinatários.

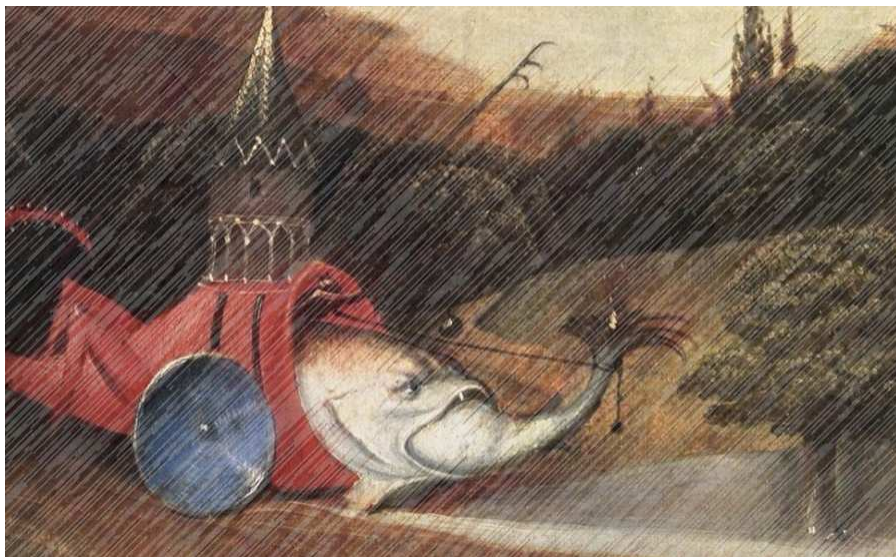
Para além das principais novidades em matéria legislativa e de jurisprudência, trataremos com maior profundidade, em cada edição, uma matéria específica que, pela sua importância e impacto na atividade dos nossos Clientes, bem como pela sua abrangência, entendamos poder interessar a um leque alargado de destinatários.

Nesta primeira edição, o tema central será o novo Código de Processo Civil, entrado em vigor no início do mês, e que tem implicações não só para os aplicadores do direito nos Tribunais.

Estamos conscientes de que todos somos inundados por newsletters das mais variadas proveniências, naturezas, formatos e objetivos, pelo que não é nossa intenção “reinventar a roda”, pretendendo, isso sim, apresentar-vos um produto cuidado e rigoroso e que tenha a dimensão e conteúdo adequados a uma leitura rápida e esclarecedora.

Esperamos, sinceramente, conseguir alcançar tal desiderato.

José Pina



O Novo CPC: Um Código A Pensar Nos Cidadãos E Nas Empresas

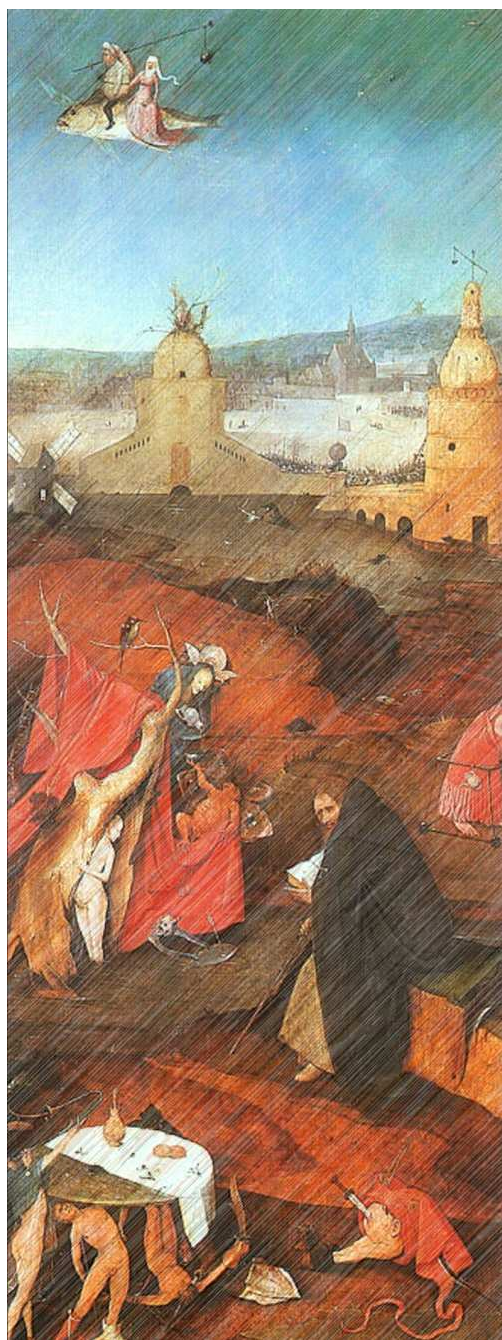
No passado dia 1 de setembro, entrou em vigor o novo Código de Processo Civil ('CPC'), aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de Junho. Esta nova lei, absolutamente primordial não só para o direito civil, mas, também, para os demais ramos do direito a que se aplique subsidiariamente, veio operar uma revolução no paradigma vigente. O mês de agosto, se bem que tenha sido o mês de férias para a grande maioria dos portugueses, seguramente exigiu estudo acrescido para todos os operadores judiciais, principalmente, funcionários judiciais, magistrados e advogados.

Após o turbilhão inicial de críticas, receios e maus agouros de todos aqueles que são avessos à mudança – e o país é pródigo em velhos do Restelo –, a verdade é que a reforma está aí, e, fosse entrando em vigor no passado dia 1 de setembro, como foi, ou um ano depois, seguramente haveria muitos incautos a deixar para a última hora o aprofundamento das alterações.

Mas, perguntar-se-á, em que medida este novo diploma pode vir a beneficiar o comum dos cidadãos que não lida com ele diariamente?

Uma das finalidades confessas do novo código é a celeridade processual. Somos dos países que mais evoluiu na informatização dos processos, à frente, inclusive, de grandes potências europeias, mas essa evolução não se traduziu na redução dos prazos de decisão nos tribunais de 1ª instância. Em média, os tribunais de 1ª instância demoram 547 dias (dados OCDE) até proferir uma decisão. É verdade que faltam meios e essa será, provavelmente, a principal causa para o atraso nas decisões. Mas a reforma agora entrada em vigor põe fim a uma série de

Mas, perguntar-se-á, em que medida este novo diploma pode vir a beneficiar o comum dos cidadãos que não lida com ele diariamente?



"Sê senhor da tua vontade e escravo da tua consciência."
Aristóteles

comportamentos que impediam as decisões em prazos razoáveis, ainda que, porventura, com uma aceitável redução das garantias.

Apenas a título de exemplo, introduzem-se normas limitativas do direito ao recurso quanto a meras decisões interlocutórias, ou que tenham um reduzido relevo para os direitos fundamentais das partes bem assim como é reduzida a possibilidade de suscitar incidentes pós-decisórios, com as quais muitas vezes se conseguia prolongar artificialmente o decurso da lide.

Os adiamentos de julgamentos serão também muito mais limitados, pois só é permitido o adiamento se houver impedimento do Tribunal ou faltar algum advogado, neste caso, por motivo que constitua justo impedimento.

Por outro lado, a artificiosa complexização da matéria em discussão pelos mandatários das partes – por exemplo, a injustificável prolixidade das peças processuais ou a indicação de meios de prova excessivos – determina a aplicação de uma taxa de justiça agravada. Na mesma linha, os comportamentos abusivos das partes que não caibam no âmbito da litigância de má-fé são agora também sancionados com uma taxa sancionatória especial. Paralelamente, procede-se ao agravamento das multas

que punem os comportamentos que constituam litigância de má-fé.

Outra das bandeiras da reforma é a cooperação entre as partes. As partes são agora mais responsáveis e participativas no processo. Incentiva-se a participação das partes na audiência prévia, onde, entre outros assuntos, se irá programar os atos a realizar na audiência final, estabelecer o número de sessões e a sua provável duração, e designar as respetivas datas. Pretende-se também, com esta alteração, programar melhor as diligências permitindo evitar, por exemplo, longas horas de espera para ser ouvido como testemunha.

Os processos são, também, agora menos formais. Pretende-se, com isso, dar preponderância às decisões de mérito, afastando, liminarmente, a hipótese de se proferir uma decisão que se sabe de antemão ser injusta, mas processualmente correta, como não raras vezes acontecia.

O juiz tem, para além disso, o poder de conformar o processo ao caso concreto, com inegáveis vantagens: poderá suprimir atos desnecessários e promover, ainda que por sua iniciativa e em substituição das

partes, as diligências que melhor se ajustem aos fins do processo, bem assim como as necessárias adaptações, quando a tramitação processual prevista na lei não se adequa às especificidades da causa ou não seja a mais eficiente.

Repare-se que o processo civil que vigorou até ao passado mês de agosto não impedia expressamente a adequação processual, mas a verdade é que apenas os juízes mais afoitos e seguros da sua ciência optavam por fazê-lo sem o temor do recurso. Ora, o novo processo incentiva, senão mesmo impõe, essa atitude por parte do magistrado que dirige o processo.

O reverso da medalha será a redução das garantias das partes. O reforço do poder de direcção do processo pelo juiz e o princípio do inquisitório podem, muitas vezes, determinar decisões impositivas que prejudiquem a posição de uma das partes.

Caberá ao advogados das partes garantir que o reforço dos poderes do juiz do processo não ultrapasse a barreira, absolutamente intransponível, do respeito pelos princípios fundamentais da igualdade das partes e do contraditório.

Finalmente, um aspeto que considero particularmente importante e que tem

passado despercebido é o esforço de acabar com o que chamaria decisões-surpresa. Se, no passado, acontecia o juiz reservar para si, até ao momento da prolação da sentença, os aspetos que consideraria decisivos para a procedência ou improcedência da ação, a nova fase da audiência prévia, porque introduz a obrigatoriedade de uma decisão sobre a identificação do objeto do litígio e os temas da prova – e não um mero despacho técnico sobre o conteúdo dos articulados – e obriga o juiz a mandar aperfeiçoar os articulados quando estes estejam insuficientemente elaborados, vem agora permitir que as partes conheçam, desde logo, os pontos da matéria de facto e de direito que serão sensíveis ao juiz da causa, ressalvado o facto, como não pode deixar de ser, de estarmos ainda numa fase em que a prova (ou parte dela) não foi ainda produzida.

A prática, porque muito mais rica do que os textos da lei, encarregar-se-á de confirmar, ou não, se as alterações são positivas. Da minha parte, tenho esperança que o novo diploma seja benéfico para todos aqueles que se servem dele, em especial os cidadãos e as empresas.



Miguel Martins

miguelmartins@cammp.pt



JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

- CIVIL -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11 de julho de 2013

**Impugnação Pauliana –
Processo de Insolvência**

Se os executados são declarados insolventes na pendência de ação de impugnação pauliana movida pelo exequente, por razões de justiça material e respeito pela execução universal que a insolvência despoleta, os bens alienados objeto da ação de impugnação pauliana julgada procedente, devem, excepcionalmente, regressar ao património do devedor, para, integrando a massa insolvente responderem perante os credores da insolvência.

Sendo, deste modo, o crédito do exequente, autor triunfante na ação de impugnação pauliana, tratado em pé de igualdade com os dos demais credores dos ora insolventes, assim se acolhendo a lição de Pires de Lima e Antunes Varela quando afirmam que “o credor pode ter interesse na restituição dos bens ao património do devedor, se a execução ainda não é possível ou se há falência ou insolvência, caso em que os bens reverterem para a massa falida.”

- IMOBILIÁRIO -

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 22 de maio de 2013

**Insolvência do Construtor –
Direito de Retenção vs Hipoteca**

Bancária – Proteção do Consumidor

No âmbito da graduação de créditos em insolvência, a recente jurisprudência uniformizada reconhece a existência de direito de retenção do promitente-comprador pelo crédito resultante do incumprimento do contrato-promessa devidamente sinalizado, por parte do Administrador da Insolvência, quando há tradição da coisa, ainda que o contrato tenha eficácia meramente obrigacional, nos termos do estatuído no artigo 755º n.º 1 alínea f) do Código Civil. Com efeito, considera aquele ilustre Tribunal que «a opção legislativa no conflito entre credores hipotecários e os particulares consumidores, concedendo-lhes o “direito de retenção” teve e continua a ter uma razão fundamental: a proteção destes últimos no mercado da habitação; na verdade constituem a parte mais débil que por via de regra investem no imóvel as suas poupanças e contraem uma dívida por largos anos, estando muito menos protegidos do que o credor hipotecário (normalmente a banca) que dispõe, regra geral, de aconselhamento económico, jurídico, logístico que lhe permite prever com maior segurança os riscos que corre caso por caso e ponderar uma prudente seletividade na concessão de crédito». Contudo, ressalva o douto aresto a interpretação restritiva que se deve fazer da alínea f) do n.º 1 do artigo 755º «de molde a que se encontra coberto da prevalência conferida pelo “direito de retenção” o promissário de transmissão de imóvel que obtendo a tradição da coisa seja simultaneamente consumidor», porquanto a referida proteção

do promitente-comprador «não pode pretender ver postergados os legítimos interesses do credor hipotecário, que tendo investido, por via de regra, capitais avultados financiando a construção do imóvel, quer ver assegurado o respetivo retorno, acrescido dos juros devidos».

- LABORAL -

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 602/2013, de 26 de setembro de 2013

Tribunal Constitucional rejeita alterações propostas pelo Governo em 2012 ao despedimento por inadaptação e por extinção do posto de trabalho.

O Tribunal Constitucional proferiu, no passado dia 26 de setembro de 2013, um Acórdão relativo às alterações legislativas ao Código do trabalho introduzidas pela Lei n.º 23/2012, de 25 de junho, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 121. Os juízes do Tribunal Constitucional decidiram pela não inconstitucionalidade das alterações ao banco de horas negociado diretamente, ao corte nas horas extraordinárias, à suspensão de quatro feriados, e à eliminação de três dias de férias, neste último caso, sem prejuízo de uma convenção coletiva/contrato coletivo prever mais dias de férias; porém, este Acórdão determina a inconstitucionalidade com força obrigatória geral das alterações introduzidas ao despedimento por inadaptação e por extinção do posto de trabalho. Uma vez que esta decisão reveste especial relevância, será objeto de uma edição especial a publicar brevemente.



"As leis, no sentido mais amplo, são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas."
Montesquieu

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

- LABORAL -

Lei n.º 63/2013. D.R. n.º 164, Série I de 2013-08-27

Instituição de mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado.

Lei n.º 69/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30

Diploma que procede à quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho,

visa reduzir os custos da empresa empregadora perante as necessidades de reestruturação da sua organização, tomando, no fundo, o despedimento menos dispendioso.

Lei n.º 70/2013. D.R. n.º 167, Série I de 2013-08-30

Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho. Estes fundos destinam-se a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho voluntário e revoga a Portaria n.º 241/2012, de 10 de agosto.

Portaria n.º 286-A/2013. D.R. n.º 165, Série I de 2013-09-16

Cria a medida Incentivo Emprego que consiste na concessão, ao empregador, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho, de 1%.

Portaria n.º 281/2013. D.R. n.º 165, Série I de 2013-08-28

Determina os vabres dos coeficientes de revalorização das remunerações de referência que servem de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do regime geral de segurança social e do

regime do seguro social.

- CIVIL -

Portaria n.º 278/2013. D.R. n.º 163, Série I de 2013-08-26

Regulamenta o processamento dos atos e os termos do processo de inventário no âmbito do Regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

Portaria n.º 282/2013. D.R. n.º 166, Série I de 2013-08-29

Regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis, na sequência da aprovação do novo Código de Processo Civil.

Lei n.º 41/2013. D.R. n.º 121, Série I de 2013-06-26

Aprova a nova reforma do Código de Processo Civil.

- FISCAL -

Lei n.º 71/2013. D.R. n.º 104, Série I de 2013-05-30

Aprova o regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (regime do IVA de caixa).

Ilustrações de Hieronymus Bosch

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.